

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Concurso Público

Nível Médio

Cargo 7: Técnico Judiciário Área de Serviços Gerais Especialidade: Segurança e Transporte

Caderno de Provas

Aplicação: 28/11/2004

TARDE



Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **29/11/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **30/11 e 1.º/12/2004** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **5/1/2005** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a prova de capacidade física: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – STM, de 15/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 É comum ouvir que o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba. É uma injustiça.

4 Há muitos países que sofrem com o mesmo problema.

As leis, principalmente as que interferem na vida cotidiana dos cidadãos, requerem uma sintonia fina entre vários componentes: aparato policial, comportamento coletivo, grau de escolaridade etc. Do contrário, elas tendem a não sair do papel. No Brasil, existe muita lei que não pega por falta dessa sintonia. Ou não há polícia suficiente para fazê-la ser cumprida. Ou a lei destoa fortemente de arraigados hábitos coletivos. E assim por diante.

André Petry. **Adultério e a desonestia**. In: **Veja**, 22/9/2004, p. 93 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- 1 O desenvolvimento do texto apresenta como deve ser entendido o significado do verbo “pegam” (l.2) a respeito de algumas leis: **sair do papel**.
- 2 Na argumentação do texto, o termo “jabuticaba” (l.3) está servindo como exemplificação para algo que é tão tipicamente brasileiro como as leis que podem pegar ou não pegar; isto é, dar certo ou não dar certo.
- 3 A oração “É uma injustiça” (l.3) classifica qualquer opinião que restrinja o Brasil às suas características agrícolas, ou a um simples cultivador de jabuticabas.
- 4 A expressão “o mesmo problema” (l.4) retoma a idéia introduzida pela expressão “É comum ouvir” (l.1) e mostra que em outros países também são ditas muitas coisas que não correspondem à verdade.
- 5 Por se tratar de uma situação que o texto deixa claramente hipotética, a substituição do modo indicativo no verbo “interferem” (l.5) pelo subjuntivo **interferissem** preservaria as relações de sentido e a correção gramatical do texto.
- 6 A expressão “muita lei” (l.9) está sendo empregada na forma de singular, mas com um sentido generalizante correspondente ao plural: o que se diz a respeito de “muita lei” vale para **muitas leis**.
- 7 As orações iniciadas por “Ou” (l.10 e 11) retomam situações que correspondem aos “componentes” (l.7) de “sintonia fina” (l.6), respectivamente: “aparato policial” (l.7) e “comportamento coletivo” (l.7-8); por isso, “assim por diante” (l.12) pode retomar “grau de escolaridade” (l.8).

1 Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose de angústia é do jogo e faz bem.

Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos quando se devia dizer sim.

Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é uma grave responsabilidade.

Lya Luft. **Sobre pais e filhos**. In: **Veja**, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

Considere as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima para julgar os itens subsequentes.

- 8 A argumentação do texto opõe “vizinho” (l.2) e “exterior” (l.3) a “Filhos” (l.1) para reforçar que o problema “É nosso” (l.3).
- 9 Ao intensificar com o advérbio “mais” (l.4) o que deveria ser a medida “natural” (l.5), a autora demonstra que a angústia na juventude deve ser evitada.
- 10 O pronome “isso” (l.8) resume as idéias do primeiro parágrafo: as angústias da juventude.
- 11 Para preservar a correção gramatical, se o termo “adultos” (l.8) fosse substituído por um termo no feminino, a preposição antes de “nós” (l.8) sofreria contração com o artigo feminino e receberia acento indicativo de crase.
- 12 Preserva-se a coerência textual ao se substituir o pronome “quem” (l.9) pelo pronome **que**; mas para se preservar a correção gramatical será, então, necessário retirar-se a preposição que o antecede.
- 13 De acordo com os sentidos do texto, a substituição de “devia” (l.13) por **deveria** preserva a coerência textual e a correção gramatical.
- 14 Na linha 14, o emprego de flexão de singular em “é necessariamente” é requisito de concordância com “um filho”.

1 Sempre que um crime violento envolvendo menores
abala a sociedade, ressurgem a discussão sobre a necessidade
de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo
4 seus defensores, diminuir a responsabilidade penal para 16
anos inibiria a ação delituosa de rapazes e moças.

7 Segmentos da população, assustados com o aumento
da violência, imaginam ser esse o caminho para a reconquista
da segurança perdida.

10 Encarar o Estatuto da Criança e do Adolescente
como bode expiatório das mazelas nacionais é solução
cômoda, mas ineficaz. Ninguém de bom senso pode crer que
situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a
13 fórmula mágica capaz de devolver a paz às ruas e aos lares.
Bandidos que hoje usam jovens menores de 18 anos como
escudo, com a mudança, recorrerão a menores de 16 anos.
16 Depois virão os de 14, 12, 10.

Correio Braziliense. Opinião. 13/7/2004, p. 16 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

- 15 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “envolvendo” (ℓ.1) por **que envolve**.
- 16 Na linha 11, a expressão “de bom senso” não está entre vírgulas porque ela restringe, isto é, não é empregada com a função de explicar, a idéia de “Ninguém”.
- 17 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, e o texto torna-se mais objetivo e assertivo, com a substituição de “seja” (ℓ.12) pelo seu equivalente do modo indicativo: **é**.
- 18 Na linha 13, por estar marcado pelo sinal de crase como objeto indireto de “devolver”, o termo “às ruas” admite ser deslocado para imediatamente antes do termo “a paz”, sem que fique prejudicada a correção do texto.
- 19 O último período sintático do texto constitui um argumento a favor da idéia expressa no primeiro parágrafo: a diminuição da idade para a responsabilidade penal.
- 20 Apesar de constituir parte de um artigo de jornal, o nível de linguagem empregado no texto torna-o adequado para fazer parte de um documento oficial, como um parecer ou um relatório a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo.

Acerca dos órgãos da justiça militar brasileira, julgue os seguintes itens.

- 21 São órgãos da justiça militar da União o STM, a Auditoria de Correição, os conselhos de justiça, os juízes-audidores e os juízes-audidores substitutos.
- 22 Para efeito de administração da justiça militar em tempo de paz, o território nacional se divide em doze circunscrições judiciárias militares. Entre elas, a 11.^a abrange o Distrito Federal e os estados de Goiás e Tocantins.
- 23 Os conselhos de justiça e os tribunais de justiça militar nos estados integram cada uma das doze circunscrições judiciárias da União, de acordo com as suas respectivas localizações.

Julgue os itens a seguir, relativos à composição e à competência do STM e de seus órgãos.

- 24 O STM é composto de quinze ministros, divididos paritariamente, entre oficiais da ativa e do posto mais elevado das carreiras da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.
- 25 Compete ao STM julgar originariamente os oficiais-generais das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei, decretar a prisão preventiva e conceder ou revogar menagem e liberdade provisória nos feitos de sua competência, entre outras atribuições legais.
- 26 Compete ao presidente do STM, que pode ser civil ou militar, entre outras funções, dirigir os trabalhos do tribunal, presidir as sessões plenárias e proclamar as decisões; representar o tribunal em suas relações com outros poderes e autoridades e corresponder-se com autoridades acerca de assuntos de interesse do tribunal e da justiça militar.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à organização, composição e competência dos órgãos de primeira instância da justiça militar da União.

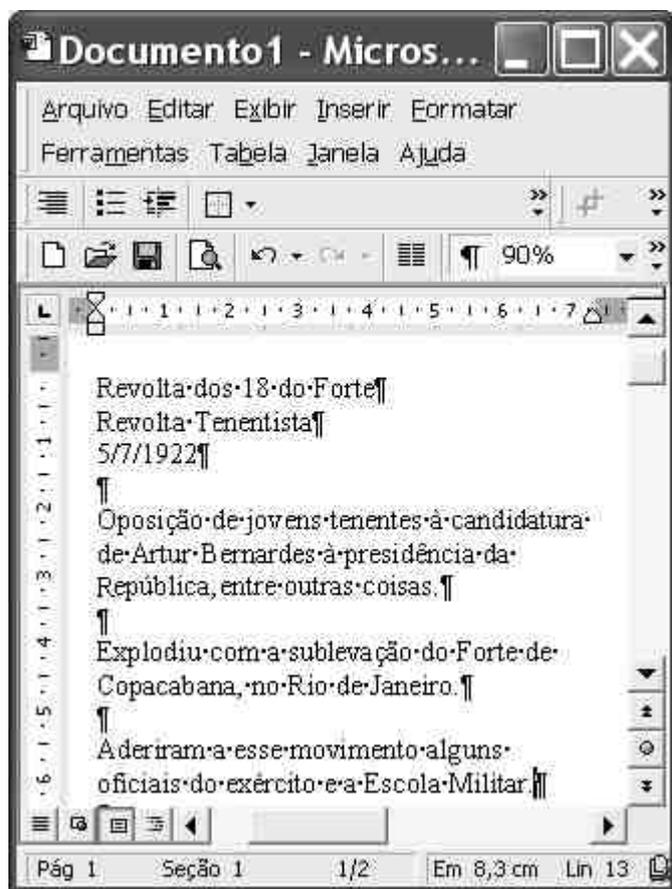
- 27 Cada circunscrição judiciária militar corresponde a uma auditoria, composta de um juiz-auditor, um juiz-auditor substituto, um oficial superior e três oficiais de posto até capitão-tenente ou capitão, um diretor de secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, os quais formam o Conselho Permanente de Justiça, presidido pelo juiz togado.
- 28 A Auditoria de Correição tem jurisdição em todo o território nacional e é composta por um juiz-corregedor, um diretor de secretaria e auxiliares, competindo ao juiz-corregedor, entre outras funções, proceder às correições gerais e especiais nas auditorias na forma da lei e instaurar procedimento administrativo para apuração de falta cometida por servidor que lhe seja subordinado.
- 29 Os conselhos de justiça militar incluem o Especial, a quem cabe processar e julgar, nos crimes militares, os oficiais, exceto os generais, que são julgados pelo STM, e o Permanente, a quem compete julgar os demais acusados, nos crimes previstos na legislação penal militar, sendo que ao presidente do conselho cabem tarefas relevantes da judicatura, como receber e rejeitar a denúncia, decidir sobre o arquivamento ou não de inquérito, relaxar ou manter a prisão em flagrante e decretar ou revogar prisão preventiva.
- 30 O ingresso na carreira da magistratura da justiça militar da União dar-se-á por concurso público de provas e títulos, no cargo de juiz-auditor substituto e por sorteio de juízes militares.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos magistrados da justiça militar.

- 31 Os magistrados de primeira instância da justiça militar gozam de férias individuais, de sessenta dias, concedidas segundo a conveniência do serviço, as quais não podem fracionar-se por período inferior a trinta dias, nem acumular-se, exceto por necessidade do serviço e pelo prazo máximo de dois meses.
- 32 A posse dos magistrados da justiça militar dar-se-á no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento no órgão oficial, e o exercício, trinta dias contados da posse, porém se os prazos forem descumpridos, o descumprimento será mera irregularidade, produzindo o ato todos os seus efeitos.

Acerca do Ministério Público da União junto à justiça militar, da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares, julgue os itens a seguir.

- 33 O Ministério Público mantém representantes junto à justiça militar, sendo seus membros subordinados hierarquicamente ao STM.
- 34 Os serviços auxiliares da justiça militar são executados pela Secretaria do STM e pelas secretarias das auditorias, cujos servidores são regidos por estatuto próprio, não se lhes aplicando o regime disciplinar estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União e sim o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).
- 35 Aos técnicos judiciários cabe executar os serviços determinados pelo juiz-auditor e diretor de secretaria e aos oficiais de justiça avaliadores cabe fazer as citações por mandado, bem como as notificações e intimações.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000 contendo um documento em processo de edição, julgue os itens a seguir.

- 36 Considere a realização do seguinte procedimento: selecionar as três primeiras linhas mostradas do documento; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; teclar **I**; liberar a tecla **Ctrl**. Após essas ações, o trecho “Revolta (...) 5/7/1922” ficará selecionado e com o estilo de fonte alterado para negrito e itálico.

- 37 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível enviar, como anexo de uma mensagem de e-mail, todo o documento em edição para um destinatário de correio eletrônico.
- 38 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar sobre “Oposição”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar sobre “Militar”; liberar a tecla **Shift**; clicar o botão . Após esse procedimento, os três parágrafos do documento iniciados com “Oposição”, “Explodiu” e “Aderiram” serão transferidos, respectivamente, para as três linhas iniciais de uma tabela contendo apenas uma coluna.
- 39 Para inserir uma marca de tabulação na primeira linha do parágrafo iniciado por “Oposição”, é suficiente clicar sobre qualquer palavra do referido parágrafo e, a seguir, clicar o botão .

Um empregado de um escritório utiliza um microcomputador do tipo PC para realizar parte de seu trabalho. Com o passar do tempo, ele percebeu que, para realizar de forma mais eficiente suas tarefas, seriam necessárias algumas alterações no computador, bem como a aquisição e a instalação de alguns periféricos.

Com relação a essa situação e a *hardware* de computadores do tipo PC, julgue os itens seguintes.

- 40 Caso o usuário perceba que o computador está demandando tempo excessivo para executar alguns programas, e ele deseje aumentar a velocidade de execução desses programas, ele irá fazê-lo com sucesso por meio da instalação de uma memória ROM no computador, que diminuirá a quantidade de acessos ao disco rígido, aumentando a velocidade de execução de programas.
- 41 Se o usuário desejar imprimir documentos em diferentes cores, ele poderá fazê-lo por meio da instalação de uma impressora do tipo jato de tinta que permita impressão em cores.
- 42 Caso o usuário deseje, por meio de mídia removível, transferir um arquivo de 300 MB de seu computador para um outro computador de seu escritório, ele poderá fazê-lo utilizando um dispositivo do tipo *pendrive* que tenha capacidade adequada.
- 43 Caso o usuário perceba que, para realizar melhor seu trabalho, é essencial conectar o seu computador a uma rede de computadores do tipo *ethernet*, disponível em seu escritório, será necessário o uso de um *modem* ADSL.



Considere que a janela do Windows Explorer ilustrada acima esteja sendo executada em um computador do tipo PC, cujo sistema operacional é o Windows 98. Com relação a essa janela, ao Windows 98 e ao computador em que a referida janela está sendo executada, julgue os itens a seguir.

- 44 O computador mencionado acima contém uma pasta de nome Pasta STM que ocupa mais de 7 MB de espaço de memória.
- 45 Por meio de recurso disponibilizado ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre o ícone , é possível acessar funcionalidade do Windows 98 que permite o envio do arquivo associado ao referido ícone como arquivo anexado ao corpo de uma mensagem de correio eletrônico.
- 46 Ao se clicar o ícone  e, em seguida, o botão , o arquivo associado ao referido ícone será enviado diretamente à Lixeira do Windows 98.

Acerca de conceitos relacionados à Internet e a correio eletrônico, julgue os itens subseqüentes.

- 47 Uma mensagem de correio eletrônico pode passar por diversos computadores pertencentes à Internet no trajeto entre a máquina remetente e a destinatária da informação. Em cada um desses computadores, potencialmente, a mensagem pode ser ilegalmente interceptada, lida e(ou) pirateada.
- 48 Para participar de um grupo de discussão na Internet, é necessário que os endereços eletrônicos de todos os participantes pertençam ao mesmo provedor de *e-mail*. Essa política permite a aplicação de normas de segurança que, no Brasil, são estabelecidas pelo Ministério da Justiça e executadas pela Polícia Federal.

- 49 O uso de *firewall* permite que, por meio de um conjunto de regras estabelecidas, se defina que tipos de dados podem ser trocados entre dois computadores e quais computadores podem trocar informações com determinado computador.
- 50 O ICQ é um aplicativo que utiliza a Internet para permitir a distribuição de arquivos MP3 e MPEG2 de som e vídeo comprimidos. Para que determinados recursos do ICQ possam ser adequadamente utilizados, é necessário que o computador no qual o ICQ é executado tenha nele instalado um *kit* multimídia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva acerca de nacionalidade, a ser julgada à luz da Constituição Federal.

- 51 Manoel Antônio, jurista de reputação internacional, é brasileiro naturalizado, com doutorado na Universidade do Texas – EUA, e ocupa atualmente o cargo de professor-visitante da Universidade de Brasília (UnB). Nessa situação, Manoel Antônio, em nenhuma hipótese, poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 52 Carol, cidadã norte-americana, e Luigi, cidadão italiano, que são casados há 8 anos e moram na Itália, estavam passando férias no Rio de Janeiro desde setembro de 2004. Carol estava grávida e o nascimento da criança estava previsto para novembro. Dois dias antes do vôo de volta à Itália, o filho de Carol nasceu no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa situação, em face das previsões constitucionais, o filho do casal será considerado brasileiro nato.
- 53 Manoel é cidadão português e reside em Brasília há 13 anos ininterruptos, trabalhando como auxiliar de enfermagem no Hospital Universitário. Nessa situação, caso apresente idoneidade moral, não há óbice constitucional para Manoel adquirir a nacionalidade brasileira.
- Julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.
- 54 Os poderes de Estado, apesar de independentes, devem atuar de maneira harmônica. O princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal assegura que um poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse princípio é denominado, pela doutrina do direito constitucional, teoria dos freios e contrapesos.

55 Constituição de estado-membro da Federação que preveja um conselho estadual de justiça que, composto de representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo e da Ordem dos Advogados do Brasil, tenha atribuições de fiscalização administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público não ofenderá o princípio da separação dos poderes previsto na Constituição Federal.

Considerando a garantia fundamental da inviolabilidade do sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas, julgue os itens que se seguem.

56 O sigilo das comunicações telegráficas, como todo direito fundamental, tem caráter absoluto.

57 Considere a seguinte situação hipotética.

João foi condenado a pena de 30 anos de prisão por tráfico de drogas e outros crimes. Líder do tráfico de drogas na favela ABC da capital de seu estado, João está cumprindo a pena no presídio HG.

Nessa situação, a administração do presídio poderá, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional e de preservação da ordem jurídica, excepcionalmente, violar as correspondências de João.

Julgue os itens seguintes, relativos a direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

58 A situação de policial civil com direito a prisão especial não se caracteriza como regalia em conflito com o princípio da isonomia, pois a própria Constituição assegura aos presos o respeito à integridade física e moral.

59 Considere a seguinte situação hipotética.

O governador de determinado estado brasileiro editou decreto vedando a realização de manifestação pública com a utilização de carros e aparelhos sonoros nas praças centrais da capital, onde estão localizados o palácio do governo e a sede do Poder Judiciário.

Nessa situação, o decreto é inconstitucional, pois viola a garantia constitucional que assegura esse direito, inviabilizando o exercício do próprio direito ao impedir a comunicação entre os manifestantes.

Acerca do direito administrativo brasileiro e considerando a Constituição Federal, julgue o item que se segue.

60 A Constituição Federal assegura a todo cidadão, inclusive aos estrangeiros, acessibilidade aos cargos públicos, garantido-se o princípio administrativo da igualdade. Assim, considerando concurso de âmbito nacional, não pode um edital determinar a classificação dos candidatos por unidade da Federação uma vez que um candidato poderá classificar-se em uma delas com nota inferior ao que, em outra, não alcance a classificação respectiva.

Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça foi designado pelo ministro como presidente da comissão de licitação para construção do primeiro presídio federal na cidade de Brasília – DF. A obra é motivada pelo grande aumento do crime organizado no país e, sobretudo, pela necessidade de isolar os líderes que controlam suas facções de dentro dos estabelecimentos prisionais das capitais dos estados. A previsão do custo da obra é de R\$ 15.000.000,00.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes, relativos à Constituição Federal e à Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações.

61 Ao elaborar o edital para construção do presídio federal, o presidente da comissão deverá estabelecer necessariamente a modalidade tomada de preço ou a concorrência.

62 Uma vez justificada a urgência em face do comprometimento da segurança dos cidadãos, poderá o ministro da Justiça, com a autorização do presidente da República, criar outra modalidade de licitação não prevista na Lei n.º 8.666/1993.

63 Constatado vício no edital, o diretor do Departamento Penitenciário e presidente da comissão de licitação deverá alterá-lo e determinar a sua publicação pelo mesmo prazo inicialmente estabelecido e na mesma forma estabelecida no texto original.

64 A comissão de licitação instituída pelo ministro de Justiça será responsável pelo julgamento dos recursos e impugnações do procedimento licitatório, não podendo os participantes, em face do princípio da separação dos poderes, acionar o Poder Judiciário.

65 Considere a seguinte situação hipotética.

Josué, técnico judiciário do STM, empossado em março de 2003, constatou irregularidade na aplicação da Lei de Licitações ao edital de construção do presídio federal.

Nessa situação, Josué poderá ser parte legítima para impugnar o edital.

No que se refere a contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

66 A Constituição Federal assegura expressamente o concurso público de provas e títulos para a investidura em cargo ou emprego público. Em casos excepcionais, os estados-membros poderão autorizar, mediante lei, o provimento de cargos públicos por contrato administrativo, sem concurso público.

67 Considere a seguinte situação hipotética.

Estado-membro da Federação firmou contrato de estágio em programa de saúde pública que prevê a remuneração aos estudantes de medicina vinculada à dos médicos residentes, com valor de R\$ 2.000,00.

Nessa situação, não poderá o estado, no curso do contrato, romper a igualdade, determinando o pagamento aos estagiários de valor inferior, o que constituiria violação ao princípio da boa-fé, entre outros.

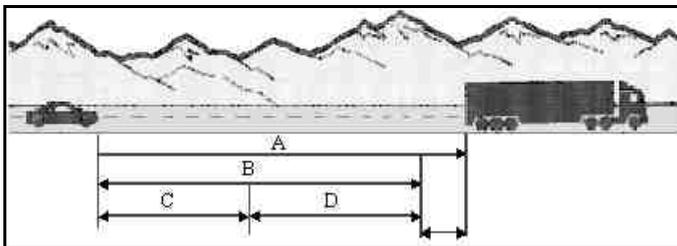
68 Se uma empresa de reforma for contratada para pintar os gabinetes da Secretaria de Cultura de um estado da Federação e atrasar seis meses, injustificadamente, o início do serviço, esse fato, por si só, constituirá motivo para rescisão do contrato firmado entre essa empresa e a secretaria.

69 A possibilidade de alteração unilateral do contrato administrativo não possui caráter absoluto, segundo entendimento da doutrina majoritária do direito administrativo.

70 A rescisão do contrato por motivo de interesse público obriga a administração a ressarcir os prejuízos efetivamente sofridos pelo contratado, ensejando, ainda, direito a devolução das garantias, pagamentos devidos até a data da rescisão e pagamento de custo de desmobilização.

Para se atuar em segurança e transporte, é necessário que o comportamento profissional seja norteado por um conjunto de habilidades. Nesse sentido, julgue o item abaixo.

71 Ter conhecimento atualizado do serviço, conhecer a instituição, especificamente o órgão em que se serve, e conhecer as pessoas a quem o trabalho está ligado são habilidades psicológicas requeridas para atuação no serviço público.



Internet: <<http://www.exercito.gov.br/04Maoami/Transito/comport.htm>>. Acesso em 17/10/2004 (com adaptações).

Com referência a direção defensiva, julgue os itens que se seguem, considerando, no que for aplicável, a figura acima.

72 Na figura considerada, a distância A é denominada distância de parada e corresponde àquela que o condutor deve manter entre o seu veículo e o que vai à frente, de forma que possa parar, mesmo em uma emergência, sem colidir com a traseira do outro.

73 Na figura em apreço, a distância B é denominada distância de seguimento e representa aquela que o veículo percorre desde o momento em que o condutor vê o perigo e decide parar até a parada total do seu veículo, ficando a uma distância segura do outro veículo, pedestre ou qualquer objeto na via.

74 Na figura mostrada, C e D correspondem, respectivamente, às distâncias de reação e de frenagem. Mediante a soma dessas duas distâncias, obtém-se o que normalmente se conhece como distância segura.

75 Aquaplanagem é um fenômeno causado pelo acúmulo de água no leito da pista. Na sua ocorrência, tão logo se dê o primeiro impacto da água contra as rodas do veículo, o condutor deve diminuir a marcha, mas sem fazê-lo de forma brusca, pois, do contrário, a possibilidade de perda de controle do veículo será aumentada.

76 Uma forma de o condutor evitar acidentes é livrar-se dos veículos muito próximos à traseira do seu. Nesse caso, em vez de acelerar, ele deve usar a cortesia e favorecer a ultrapassagem dos apressados, mantendo sempre as distâncias recomendadas para a própria segurança.

Julgue os itens subseqüentes, relativos a segurança patrimonial, defesa pessoal e atividade de escolta.

77 Do ponto de vista da segurança patrimonial, é recomendável que, no período noturno, os depósitos de material permaneçam com a iluminação ligada, apesar do dispêndio com energia elétrica, pois isso dificulta o ocultamento de eventuais tentativas de intrusão de malfeitores.

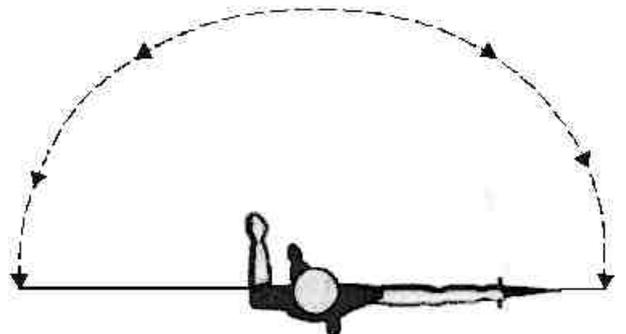
78 Entre as barreiras comumente usadas para se impedir a concretização de riscos, inclui-se a eclusa, dispositivo de segurança aplicável ao acesso tanto de pedestres quanto de veículos e que se constitui de dois ou mais portões ou portas em seqüência. Seu uso correto garante que o local de passagem nunca seja totalmente devassado.

79 Em período noturno, na execução de ronda perimetral ao longo de cerca de segurança, deve-se caminhar o mais próximo possível da cerca, como forma de inibir eventuais interessados em transpô-la.

80 No trabalho noturno de segurança patrimonial, ao deparar-se com uma interrupção no fornecimento de energia elétrica, o vigilante deve, em primeiro lugar, comunicar o fato à administração, para que ela possa executar o plano previsto para esse tipo de ocorrência.

81 Na defesa de tentativa de agressão com faca, é recomendável, inicialmente, a aproximação do agressor, de modo a que este tenha o seu raio de ação diminuído. Com isso, será mais branda a potência de eventuais golpes, já que o agressor terá menos espaço para expandir seu movimento de braço.

82 Considere que, na figura abaixo, esteja ilustrado um indivíduo empunhando uma faca e que a linha pontilhada identifique a distância de combate/engajamento — distância que cada oponente procura manter, aguardando, em posição defensiva, o ataque do adversário. Nessa situação, é correto afirmar que, em lutas com facas, na maioria dos casos, a distância de combate/engajamento, também conhecida como área corpo a corpo, corresponde a 5 decímetros.



83 As figuras abaixo ilustram diferentes formas de empunhadura de uma faca. Embora todas dêem a impressão de ser igualmente firmes, as empunhaduras ilustradas nas figuras II e III são menos eficientes, em uma briga com faca, que a empunhadura ilustrada na figura I.

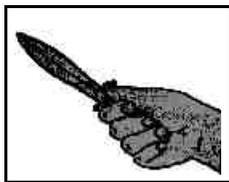


Figura I



Figura II

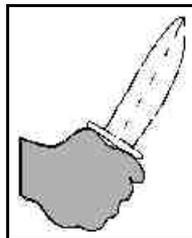


Figura III

84 Ao atuar como membro de uma equipe de escolta no deslocamento a pé de uma autoridade, o agente de segurança deve evitar ao máximo mudanças da sua posição relativamente à autoridade escoltada, com o fim de aumentar o próprio domínio do espaço físico ao longo do trajeto de deslocamento.

Considerando a segurança no trabalho e as normas regulamentadoras (NRs) acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

85 De acordo com a classificação de fogo adotada pela NR pertinente, são considerados produtos inflamáveis da classe B os que queimem somente em sua superfície, não deixando resíduos, como óleo, graxas, vernizes, tintas, gasolina. Para o combate a essa classe de incêndios, a água só pode ser utilizada sob a forma pulverizada.

86 Mesmo os estabelecimentos dotados de chuveiros automáticos (*sprinklers*) devem ser providos de extintores portáteis, a fim de se combater o fogo em seu início.

87 Alternativamente, os fogos da classe C podem ser corretamente combatidos pelo método de abafamento por meio de areia (balde de areia).

88 Sempre que as medidas de ordem geral adotadas pelo empregador não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho, o empregado será obrigado a adquirir e a usar o equipamento de proteção individual (EPI) necessário.

89 De acordo com a NR que fixa as cores que devem ser usadas nos locais de trabalho para prevenção de acidentes, o verde é a cor que caracteriza segurança e deve ser empregado para identificar, entre outros: canalizações de água; caixas de equipamento de socorro de urgência; caixas contendo máscaras contra gases; porta de entrada de salas de curativos de urgência e caixas contendo EPI.

Com relação a atividades de prestação de primeiros socorros, julgue os seguintes itens.

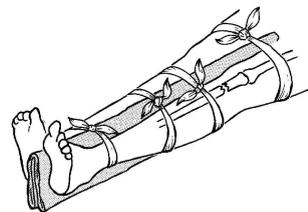
90 Ao prestar primeiros socorros a um paciente queimado que esteja com parte da roupa aderida aos ferimentos, deve-se, entre outras providências, aliviar ou reduzir a dor e retirar as partes da roupa que estejam grudadas em área queimada, para se evitar possível contaminação.

91 Torniquete é uma técnica usada para conter hemorragias graves e consiste em envolver e amarrar a região acima do ferimento com uma tira de pano ou couro, gravata, correia larga ou outro material, com a finalidade de interromper a corrente sanguínea, afrouxando-se a amarra em intervalos de aproximadamente 15 minutos.

92 O estado de choque é uma condição em que existe desproporção entre a quantidade de sangue em circulação e a capacidade do sistema circulatório. Na sua ocorrência, caso não haja contra-indicações, deve-se, entre outras providências, elevar as extremidades inferiores da vítima cerca de 30 centímetros.

93 Em linhas gerais, entorse e luxação designam o mesmo fato: a perda completa da superfície de contato entre os ossos de uma articulação.

94 A figura abaixo mostra um exemplo de imobilização, mediante o uso de tipóia, de membro inferior fraturado.



Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

95 Determinado dia, valendo-se da sua condição de motorista de uma ambulância, José, pouco antes de iniciar seu trabalho, usou o referido veículo para locomover-se até um estabelecimento bancário. Lá chegando, a fim de ganhar tempo e não se atrasar para o serviço, estacionou a ambulância em local proibido devidamente sinalizado. Nessa situação, José cometeu infração de trânsito passível de punição com multa, pois não se configurou a excepcionalidade relativa à prestação de serviço de urgência prevista no CTB.

96 Em atividade de fiscalização, um agente da autoridade de trânsito constatou que um condutor cometeu infrações que configuraram situação passível de aplicação da penalidade de cassação do documento de habilitação. Nessa situação, a fim de não se pôr em risco a vida de usuários do sistema viário público, a aplicação da penalidade deveria ter ocorrido imediatamente.

97 Lucas, ao trafegar com seu veículo, cometeu, ao mesmo tempo, duas infrações de trânsito passíveis de punição com multa: uma delas por ultrapassagem em local proibido e a outra por fazê-lo em velocidade superior à permitida no local. Nessa situação, Lucas deve ser punido cumulativamente, isto é, deve fazer face ao pagamento de duas multas.

98 Ao trafegar em determinada rodovia, um condutor percebeu que começara a chover, mas, por acreditar que a chuva não persistiria, optou por não acionar os limpadores de pára-brisas. Nessa situação, o condutor cometeu infração de trânsito classificada como grave.

99 Em uma *blitz*, um agente da autoridade de trânsito, após ordenar que determinado condutor parasse seu veículo, emitiu o sinal sonoro consistente de três silvos breves. Nessa situação, o sinal de apito emitido significa que o condutor deve acender os faróis do seu veículo.

Com base no CTB, julgue os itens a seguir.

100 Sempre que possível, quando for sair de uma rodovia, o condutor deve diminuir a marcha de seu veículo apenas quando alcançar a pista de desaceleração ou local próprio para tal, pois fazê-lo antes disso pode atrapalhar o fluxo do tráfego e pôr em risco a própria vida e a de terceiros.

101 Embora transitar com o veículo em velocidade inferior à metade da velocidade máxima estabelecida para a via constitua infração, o CTB prevê excepcionalidades em que tal preceito poderá ser descumprido.



Figura I



Figura II



Figura III



Figura IV

Considerando as placas de sinalização vertical ilustradas nas figuras acima, julgue os itens que se seguem.

102 Entre as placas ilustradas, apenas as de forma circular, I e III, correspondem a placas de regulamentação.

103 A placa ilustrada na figura I determina que os veículos trafeguem à direita (Conserve-se à Direita).

104 Se desconsiderar a mensagem contida na placa ilustrada na figura IV, o condutor não cometerá infração expressamente capitulada no CTB, mas atentará contra as recomendações de direção defensiva relativamente a condição adversa da via.

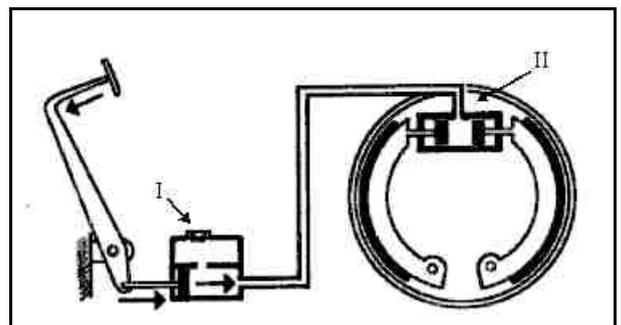
105 Do ponto de vista prático, a sinalização horizontal equivale à sinalização vertical de advertência, ou seja, a sua inobservância não sujeita o condutor a penalidades.

Julgue os itens seguintes, relativos a conhecimentos de mecânica de veículos.

106 Em veículos refrigerados a água, deve-se verificar toda semana o nível do líquido no reservatório ligado ao radiador. Também é recomendável, quando o veículo é utilizado em condições normais de circulação (tráfego urbano), substituir, uma vez por ano, todo o líquido de arrefecimento e limpar o sistema em uma oficina.

107 No sistema de freios com comando hidráulico, o dispositivo normalmente conhecido como burrinho é, na verdade, um cilindro.

108 Considerando que, na figura abaixo, é representado, de forma esquemática, um comando de freio hidráulico, I e II identificam dois tipos de cilindros.



109 Em veículo dotado de sistema hidráulico de direção, se a caixa de direção estiver frouxa, o veículo tenderá a deslocar-se apenas para um dos lados.

110 Tanto nos veículos a gasolina quanto nos veículos a diesel, a mistura do ar com o combustível é feita fora das câmaras de combustão. Entretanto, nos veículos movidos a diesel, a explosão é espontânea, enquanto, nos veículos movidos a gasolina, é provocada pela centelha da vela de ignição.

Julgue os itens a seguir.

111 Considere que para a vigilância de um depósito de material bélico, um turno de 60 horas é dividido entre os agentes de segurança Paulo, Pedro e Mário e que o número de horas de serviço de cada um deles é diretamente proporcional aos números 3, 4 e 8, respectivamente. Então o número de horas de serviço de Paulo é inferior a 13 horas.

112 Se for dado um desconto de 8% sobre o preço de venda de um produto de valor igual a R\$ 1.250,00, então o valor a ser pago por esse produto será superior a R\$ 1.100,00.

113 Considere que à velocidade constante de 65 km/h, um veículo vai de uma cidade a outra em 3 horas e 7 minutos. Então, se a velocidade for aumentada em 20 km/h e mantida constante, o intervalo de tempo para que o veículo faça o mesmo trajeto será inferior a 2 horas e 20 minutos.

114 Se 6 pessoas trabalhando 8 horas por dia cumprem uma determinada tarefa em 9 dias, então 12 pessoas, trabalhando 9 horas nas mesmas condições concluirão a mesma tarefa em mais de 5 dias.

A revisão e a conservação dos veículos de determinada organização são executadas por empregados da própria organização. Para essas tarefas, a organização dispõe de x empregados; a frota é composta por y veículos. Sabendo-se que os números x e y estão entre os números inteiros múltiplos de 3 e divisores de 30, julgue os itens que se seguem.

115 Se o número x de empregados for igual a 40% do número y de veículos da frota, então a soma $x + y$ é superior a 20.

116 Se a razão entre x e y for igual a $\frac{1}{10}$, então o produto $x \times y$ é inferior a 81.

Uma organização contratou convênios com um plano de saúde, um plano de previdência privada e uma seguradora de veículos para adesão voluntária de seus 5.350 empregados. Sabe-se que as adesões ficaram assim distribuídas:

- 870 aderiram ao plano de saúde e ao seguro de veículos;
- 580 aderiram ao seguro de veículos e ao plano de previdência;
- 1.230 aderiram aos planos de saúde e de previdência;
- 320 aderiram apenas ao seguro de veículos;
- 2.280 aderiram ao plano de previdência;
- 350 aderiram às três modalidades de convênio;
- 280 não aderiram a nenhum convênio.

Com base nessa situação, julgue os itens seguintes.

117 Mais de 2.000 empregados aderiram apenas ao plano de saúde.

118 O número de empregados que aderiram apenas aos planos de saúde e de previdência foi 850.

119 O número de empregados que aderiram apenas a duas modalidades de convênios foi inferior a 1.650.

120 Menos de 900 empregados aderiram apenas ao plano de previdência.

